



ACESSIBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Anderson Kreutz¹, Fernanda Trentin²

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Pinhalzinho, SC
2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Pinhalzinho

Autor correspondente: Anderson Kreutz, contatoandersonkreutz@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: Este estudo investiga a acessibilidade no município de Maravilha, SC, com breve revisão histórica e conceitual das políticas de acessibilidade, análise da legislação brasileira vigente e avaliação prática da adaptação de algumas edificações públicas locais. A relevância da pesquisa reside na necessidade de promover uma compreensão mais profunda das políticas de acessibilidade e suas implementações práticas. Com base na evolução histórica da percepção sobre deficiências e inclusão social, a pesquisa destaca algumas mudanças legislativas no Brasil impactaram as políticas de acessibilidade. A pertinência do estudo está em fornecer uma base para a melhoria contínua das condições de acessibilidade, visando uma inclusão social mais efetiva. **Objetivo:** O objetivo do estudo é analisar a acessibilidade em Maravilha, SC, por meio de uma abordagem que inclui uma breve revisão histórica, análise da legislação brasileira e avaliação da adaptação de edificações públicas locais. **Método:** A pesquisa foi dividida em três etapas: revisão da evolução das políticas de acessibilidade; análise das principais leis brasileiras que garantem os direitos das pessoas com deficiência; e uma avaliação prática da acessibilidade em algumas edificações públicas do Município de Maravilha, SC, baseada em fotografias tiradas "in loco". **Resultados:** Os resultados mostram que, embora algumas adaptações tenham sido implementadas, muitas edificações públicas em Maravilha ainda não atendem completamente às normas de acessibilidade. Rampas e banheiro acessível são o ponto de destaque, itens básicos contemplados nos principais prédios públicos. Todavia, uma acessibilidade plena depende de várias outras adaptações e detalhes. Há ainda a necessidade clara de melhorias e de uma abordagem mais consistente para garantir a conformidade total com as leis de acessibilidade. **Conclusão:** Apesar dos esforços realizados, o município de Maravilha, SC, enfrenta desafios significativos para alcançar acessibilidade plena em seus espaços públicos. O estudo sugere que intervenções mais abrangentes e maior fiscalização são essenciais para promover uma inclusão mais efetiva, servindo como referência para outras cidades enfrentarem desafios semelhantes.

Palavras-chave: acessibilidade; direitos fundamentais; dignidade; inclusão social; direito.

Agradecimentos: O autor Anderson Kreutz agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.